



I CONGRESSO NACIONAL DE SEGURANÇA E DEFESA

PARA UMA ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA NACIONAL
Centro de Congressos de Lisboa - 24 E 25 DE JUNHO DE 2010

com o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Senhor Presidente da República

SÍNTESE CONCLUSIVA DO CONGRESSO

Sumário Executivo

O I Congresso Nacional de Segurança e Defesa, que decorreu nos dias 24 e 25 de Junho de 2010 no Centro de Congressos de Lisboa, foi uma iniciativa da sociedade civil aberta a todos os cidadãos, com a finalidade principal de criar condições para o lançamento de um largo debate sobre as importantes questões da segurança e da defesa, visando, num exercício de cidadania activa, identificar contributos para uma Estratégia de Segurança Nacional.

Os dois dias de Congresso marcaram o culminar de uma fase intensa de preparação, em que participaram centenas de civis, polícias e militares em seis conferências e seminários temáticos realizados de norte a sul do País, todos eles com uma alargada participação, com o apoio de Universidades, dos três Ramos das Forças Armadas e das Forças e Serviços de Segurança, tendo dado origem à elaboração de mais de 80 artigos científicos e à preparação de comunicações que foram debatidas nos dias de Congresso.

O debate das ideias apresentadas no Congresso enquadrou os principais problemas na ordem do dia e no centro das preocupações da sociedade portuguesa sobre as questões de segurança e defesa. A concretização dos contributos enunciados na presente Síntese Conclusiva pode conduzir a alterações legislativas e mesmo constitucionais, mas exigirá principalmente a tomada de consciência pelo poder político e pela opinião pública em geral da necessidade da definição de uma Estratégia de Segurança Nacional.

Lisboa, 8 de Julho de 2010

Organizadores:



Segurança
Defesa

1. Organização e Objectivos do Congresso

O I Congresso Nacional de Segurança e Defesa que decorreu nos dias 24 e 25 de Junho de 2010 no Centro de Congressos de Lisboa pretendeu enquadrar as principais questões e problemas que estão hoje na ordem do dia e no centro das preocupações das sociedades modernas marcadas pelo impacto dos complexos cenários de ameaças e riscos que aumentam a sensação de vulnerabilidade e agudizam o sentimento de insegurança global. Este enquadramento foi feito através da mobilização da sociedade civil durante o ano de 2010, culminando com os dois dias de Congresso. O envolvimento de diferentes entidades permitiu uma reflexão alargada sobre a segurança nacional e a apresentação de propostas de actuação adequadas ao cenário geopolítico actual.

As questões da segurança revelam uma expressiva dimensão estratégica e política atendendo a que é cada vez mais evidente que não é possível enfrentar a gravidade acrescida de que se revestem os problemas da segurança se não for tida em conta a complexidade crescente dos factores ou causas de insegurança e da capacidade do Estado, e demais actores da sociedade, para as prevenir e combater.

Neste contexto, importa reflectir sobre a maximização das sinergias próprias de todas as componentes civis e militares da Segurança Nacional, um conceito novo e apropriado às realidades actuais, considerando a necessidade de a Segurança Interna e a Defesa Nacional serem entendidas de forma abrangente e global, beneficiando imperativamente de uma eficaz articulação entre as Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança.

Foram estas preocupações que estiveram na ideia de realizar o I Congresso Nacional de Segurança e Defesa dedicado ao tema “Para uma Estratégia de Segurança Nacional”, uma iniciativa da sociedade civil aberta a todos os cidadãos com a finalidade principal de criar condições para o lançamento de um largo debate sobre as relevantes questões da segurança e da defesa nacional.

A organização desenvolveu-se com uma metodologia inovadora, que considerou os dois dias do Congresso como o ponto culminante de uma fase de intensa preparação em que participaram centenas de especialistas civis e militares, professores, investigadores, estudantes e outros cidadãos interessados nas matérias em debate. Deste modo, o Congresso acabou por ser também um exercício de cidadania activa da parte de quem nele se quis envolver.

Nesse sentido, podemos referir o apelo público para apresentação de comunicações, correspondido de uma forma excepcional com oitenta e seis comunicações temáticas de grande qualidade, com excelentes reflexões e análises prospectivas sobre as quatro áreas temáticas previamente seleccionadas. Doze dessas comunicações foram apresentadas pelos seus autores e às seis melhores foram atribuídos prémios pecuniários com os nomes de figuras históricas reconhecidas como mestres da estratégia nacional: D. João II, Infante D. Henrique, D. Dinis, D. Nuno Álvares Pereira, Pedro Nunes e D. Afonso Henriques.

Foram ainda realizados seis seminários e conferências preliminares sobre temas específicos ligados à segurança, com intervenções de reputados especialistas e a presença de centenas de participantes, na sua maioria estudantes, professores, militares, membros das Forças e Serviços de segurança, empresários e autoridades locais.

Na sequência da Conferência de lançamento realizada na Academia de Ciências de Lisboa com uma alargada participação, realizaram-se as seguintes actividades: em associação com o Instituto Superior de Ciências da Informação e Administração, realizou-se em Aveiro um seminário sobre “A Segurança e a Economia do Mar”; com a Universidade Aberta, uma conferência sobre “A Estratégia de Segurança Nacional”; com o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, um seminário sobre “O Conceito Estratégico Nacional” e “O Conceito de Segurança Nacional do Reino Unido”; com o

Departamento de Ciências Aeroespaciais da Faculdade de Engenharia da Universidade da Beira Interior (UBI), na Covilhã, um seminário sobre “Segurança Aeroespacial – Opções e Desafios para Portugal”, que teve a intervenção de especialistas e o apoio da Força Aérea Portuguesa; finalmente, com a Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora, um seminário sobre «Ciberespaço: Novos desafios para a Segurança», que teve igualmente a intervenção de especialistas nesta área e o apoio especial do Exército.

Na organização de todos estes eventos, os seus promotores, a Revista Segurança e Defesa e a AFCEA – Portugal, contaram especialmente com o apoio institucional e individual de um largo número de personalidades civis e militares que aceitaram integrar a Comissão de Honra presidida pelo Presidente da República, Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva, a Comissão Científica presidida pelo Professor Doutor Adriano Moreira e a Comissão Organizadora presidida pelo Dr. António Jorge de Figueiredo Lopes. A sua presença e envolvimento na realização do Congresso conferiram a esta iniciativa a dimensão institucional e a dignidade que os temas em debate merecem. Importa ainda salientar todas as Empresas que, com o seu patrocínio, tornaram possível a realização do Congresso na forma como decorreu.

Na sessão de abertura, Sua Excelência o Presidente da República fez-se representar pelo Chefe da Casa Civil, Dr. Nunes Liberato, acompanhado pelo Consultor para a Segurança Nacional, Dr. Abílio Morgado. Os Ministros da Defesa Nacional, Prof. Doutor Augusto Santos Silva, e da Administração Interna, Doutor Rui Pereira, assim como os mais altos responsáveis das Forças Armadas, das Forças e Serviços de Segurança e Protecção Civil, conhecidos académicos e empresários estiveram presentes, num auditório quase sempre repleto com uma assistência muito interessada e participativa, composta maioritariamente por estudantes, militares das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana, profissionais das Forças e Serviços de Segurança.

2. Principais temas e questões em debate no Congresso

O Programa do Congresso foi estruturado em torno dos seguintes eixos temáticos principais:

- O património imaterial nacional;
- As responsabilidades nacionais na Europa e no Mundo;
- As capacidades e formas de intervenção, no plano da segurança interna e externa e no plano da cooperação civil-militar;
- Propostas e contributos para uma Estratégia de Segurança Nacional.

Cada um destes temas foi apresentado e desenvolvido numa Sessão Plenária e em duas Mesas Redondas que decorreram em paralelo. São de realçar as introduções feitas pelos oradores convidados Prof. Doutor Adriano Moreira, Dr. Vítor Martins, Prof. Doutor Ernâni Lopes e General Loureiro dos Santos.

O futuro da Aliança Atlântica também esteve em apreciação numa conferência proferida por Jonathan Parish, membro do gabinete do Secretário Geral da NATO. A evolução da política europeia de segurança e defesa foi tratada pelo Eurodeputado Mário David, membro da Comissão de Segurança e Defesa do Parlamento Europeu. Para transmitir uma visão sobre a nova Estratégia de Segurança dos Estados Unidos da América esteve presente John G. Grimes, antigo Subsecretário da Defesa, cujo discurso, no jantar oficial do Congresso, foi centrado sobre “A segurança das infra-estruturas críticas nacionais”, salientando os mais prementes desafios à segurança.

Foram muito apreciadas as intervenções de numerosos especialistas nas diversas áreas afectas à segurança e à defesa nacional. Nas oito mesas redondas, que decorreram sempre com uma elevada participação, excedendo por vezes a capacidade do auditório, foram apresentados temas da maior actualidade, bem como as melhores comunicações seleccionadas pela Comissão Científica do Congresso.

Todas as intervenções visaram dar um contributo para a definição de um robustecido conceito estratégico de segurança nacional, à luz de propostas para o emprego dos factores imateriais e materiais da Nação. Foram também invocadas referências estruturantes, como a defesa da integridade das instituições e a segurança da pessoa humana, assim como valores humanos e cívicos fundamentais, tais como a abnegação, a firmeza de carácter, o amor a Portugal, a honra e a lealdade.

Todos nos congratulamos pela multiplicidade das ideias e das intervenções que deram resposta aos objectivos primordiais do I Congresso Nacional de Segurança e Defesa. Essa participação e debate de ideias traduz também a sua fundamental mensagem, pois reuniu um conjunto de saberes e de vontades que, a expensas próprias, de tempo e de espaço, se ergueram na sociedade para reflectir, em liberdade e com pluralismo, sobre Portugal e os desafios nacionais, num ambiente estratégico pautado pela globalização e pela crescente incerteza, complexidade, volatilidade e interdependência, dentro e fora de portas.

3. Síntese conclusiva do Congresso

Depois de quase um ano de trabalho no qual se envolveram entidades por todo o País através dos seminários temáticos, das contribuições escritas para o Congresso, das conferências proferidas durante o Congresso e do debate que aí teve lugar, podemos resumir um conjunto de conclusões à volta dos seguintes temas: Riscos e ameaças; A sociedade civil; Portugal e as Organizações internacionais; O Mar e o posicionamento geopolítico de Portugal; Doutrina e orientações estratégicas.

1. Riscos e ameaças

1. Múltiplos riscos foram identificados, escalpelizados e tratados no Congresso, nomeadamente nas dimensões técnicas e programáticas. Em foco estão desafios maiores, pois produzem resultados e efeitos susceptíveis de hipotecar parcelas de futuro. O último relatório do PNUD (2009) alerta para o perigo de que a importância crescente dada pelos Governos aos planos económicos - aliás, ora de estímulo, ora de austeridade - tende a ignorar questões fundamentais para a segurança humana, como a sobrevivência dos desfavorecidos. Ora, este não é um conceito abstracto, pois respeita a crises e à gestão de crises, envolvendo pessoas.
2. Os últimos dados do Eurostat (Junho 2010) sobre a geografia da pobreza indicam que 1 em cada 6 europeus luta com dificuldades no dia-a-dia e este número ascende a 39% em Portugal - ou seja, 4 em cada 10 dos nossos concidadãos arrisca a escassez a níveis vitais. A História demonstra ser este tipo de cenário um poderoso rastilho para conflitos de maior ou menor intensidade, denominado conceptualmente como o “cenário do medo”.

3. O conflito entre os estados desenvolve-se de forma não tradicional numa perspectiva económica. A noção de guerra-económica tem sido feita sentir por alguns Estados mais avançados na formulação desse conceito. Importa assim que o Estado Português antecipe o equilíbrio económico resultante da evolução inelutável das novas tecnologias e desenvolva um posicionamento competitivo que lhe permita explorar as vantagens comparativas em torno de activos de conhecimento. Vencer a guerra económica é ter capacidade de antevisão, utilizando as técnicas dos Serviços de Informações, o conhecimento dos agentes económicos, sem esquecer uma perspectiva de internacionalização dos principais actores.
4. Actualmente, as ameaças existentes sobre os Estados transcendem as tradicionais - cuja resolução requeria os isolados instrumentos diplomático e militar, subjacentes a uma pura lógica conflitual - dado que envolvem agora condicionamentos de natureza humana, económica, social, ambiental, cultural e mesmo religiosa. São expressão das novas ameaças e riscos o desemprego e a pobreza, o crime organizado e o terrorismo, a chamada cibersegurança ou os riscos demográficos e climáticos. De maior ou menor magnitude e intensidade, estes fenómenos desafiam a segurança global das democracias, não deixando imune o espaço ocidental e também o nosso País.
5. No que concerne ao terrorismo, foram igualmente identificados alguns dos principais reflexos para Portugal, nomeadamente nas áreas da Segurança Interna e Defesa Nacional, resultantes da evolução e do trabalho desenvolvido no quadro da UE e da NATO no combate a essa ameaça. Numa análise retrospectiva, desde o 11 de Setembro, este ano de 2010 fecha um importante ciclo de conceptualização estratégica, de edificação de capacidades e de mecanismos de combate ao terrorismo no quadro daquelas organizações. Destacam-se duas áreas com especial interesse para Portugal na óptica da cooperação civil-militar: o impacto da entrada em vigor do Tratado de Lisboa na política de contra-terrorismo da UE, sublinhando-se a adopção, pela UE, da Cláusula de Solidariedade; e a avaliação do nível de cooperação antiterrorismo entre a UE e a NATO.
6. Com a introdução do fenómeno da globalização vivemos num mundo em mudança acelerada, sobretudo provocada pelos avanços que se verificam nas tecnologias da informação, enquanto suporte da chamada sociedade do conhecimento. Desenvolveu-se uma dependência exponencial em relação às redes sociais e à rede global, que se transformou numa vulnerabilidade estratégica da Segurança Nacional, no que respeita às possíveis ameaças ao ciberespaço. Estas ameaças, que incidem directamente sobre o bem-estar das populações, o normal funcionamento da boa governança e a segurança dos Estados, são reconhecidas como uma prioridade tanto na Estratégia de Segurança Nacional dos EUA (Maio 2010), como no relatório de Madeleine Albright preparatório do novo Conceito Estratégico da NATO, bem como no relatório Solana sobre a avaliação da implementação da Estratégia Europeia de Segurança (2008).
7. A análise e a gestão do risco social associado ao ciberespaço, não só pelas vulnerabilidades decorrentes da crescente dependência tecnológica das infra-estruturas críticas nacionais, mas também pela necessidade de serem criados instrumentos de protecção e segurança dessas infra-estruturas, carecem de uma cuidada atenção. Como ameaça que são às infra-estruturas de informação críticas do Estado (redes de energia, transportes, serviços Governamentais e de Segurança do Estado, gestão do tráfego aéreo, comunicação social, estruturas de comando e controlo militar, etc), é preciso encontrar respostas estratégicas oportunas eficazes e adequadas que minimizem esta vulnerabilidade da Nação. Uma das respostas político-estratégicas radica na necessidade da definição urgente de uma Estratégia

da Informação Nacional e o desenvolvimento coerente de capacidades, que minimizem as vulnerabilidades nacionais neste domínio, diminuindo os riscos de interrupção das infra-estruturas críticas de informação nacional e os seus efeitos nefastos para a Segurança Nacional.

8. A evolução contínua das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) coloca novos desafios a todos os actores sociais. A adaptação a esses desafios irá criar novas hierarquias de interdependências, para além do conceito clássico das fronteiras geográficas. O Estado deverá ter em conta a emergência de novos actores, alguns deles de carácter não-estatal, e a sua relevância na actividade diplomática. Nos dias de hoje, a actividade diplomática tem de fazer face a uma concorrência acrescida de actores não estatais que fazem uso de novos recursos informacionais e comunicacionais. Estes actores (tais como as ONG, média, organizações terroristas, organizações ambientais e de recursos humanos, entre outros) tornaram-se aptos a desempenhar algumas das funções estatais típicas gerando uma distribuição mais difusa do poder, menos centrada no Estado. As instituições diplomáticas terão de adaptar-se à Era da Informação, determinando esta, em grande medida, o modo como a actividade diplomática será exercida no futuro, e quais os actores predominantes.

2. A sociedade civil

1. É necessário assegurar uma concepção global de segurança que ajude a ultrapassar o actual sentimento de alheamento, que nos assegure a confiança e dê credibilidade perante os nossos parceiros, que encare a complexidade do relacionamento entre a esfera militar e a cidadania, de forma a dispor-se de umas Forças Armadas entrelaçadas com a sociedade civil. Numa conjuntura de constrangimento económico deve atender-se à relação entre meios e fins.
2. A gestão do risco global de um largo leque de ameaças, algumas de carácter transnacional e transfronteiriço, convida a repensar a educação para a cidadania a par da abordagem das formas de articulação entre as esferas da segurança interna e da defesa externa, sem descuidar a especificidade da natureza e das missões das Forças Armadas, das Forças e Serviços de Segurança e dos Serviços de Inteligência.
3. A sensibilização da sociedade civil para as questões de segurança e defesa, incluindo iniciativas que contribuam para a formação de uma cidadania mais esclarecida e participativa, deve ser uma prioridade estratégica do Estado.

3. Portugal e as Organizações Internacionais

1. Portugal deve manter-se preparado para satisfazer as obrigações de solidariedade no campo da segurança e da defesa decorrentes da participação na NATO e na EU em posição de igualdade. Face à diversidade de possíveis missões e modalidades de actuação, Portugal deve pesar opções de especialização, ponderar a escolha *críteriosa de parceiros e sobretudo privilegiar o que mais convenha à singularidade da sua posição geopolítica. A simultânea presença na NATO e na Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) convida*

objectivamente a potenciar as capacidades próprias, tal qual a contiguidade geográfica e de valores com Espanha e os Estados Unidos da América sugerem mais estreitos programas cooperativos no campo da inovação e desenvolvimento, entre outros.

2. Em Portugal, no quadro das relações bilaterais com os Países de Língua Portuguesa, a Cooperação Técnico-Militar tem constituído um dos melhores e mais efectivos instrumentos da nossa actual Política Externa em África e mais recentemente com Timor-Leste, pretendendo-se, no futuro breve, chegar a outras regiões, como é o caso dos países do Magreb. Num contexto em que se pretende definir novos alinhamentos estratégicos para as questões da segurança e da defesa e em que o Estado procura otimizar e racionalizar o uso do seu Instrumento Militar, numa postura que se quer mais abrangente, proactiva e proficiente, fará sentido reflectir sobre o emprego das Forças Armadas como produtor estratégico de segurança e de desenvolvimento sustentado nos Países de Língua Portuguesa e perspectivar quais os contributos que podem dar para uma Estratégia de Segurança Nacional.
3. A Revisão do Conceito Estratégico da NATO, processo actualmente em curso, irá determinar a actuação da Aliança num sistema internacional em rápida transformação. Portugal, como membro fundador e activo no seio dessa organização, experimentará, por força da sua participação, impactos mediatos e imediatos derivados desse novo consenso sobre o planeamento estratégico da Aliança na paz e na guerra. Esses impactos serão particularmente evidentes nas áreas da segurança e defesa, onde os factores de poder de Portugal se mostram insuficientes para permitir, isoladamente, assegurar níveis de segurança e prosperidade ideais.
4. Mais premente ainda, importa analisar as possíveis janelas de oportunidade que, já existentes ou por explorar, capacitarão o País a melhor enfrentar os desafios presentes e futuros. Para Portugal, a relevância de uma aliança internacional como a NATO é, para as suas dimensões de defesa e segurança, uma realidade incontornável e uma peça fundamental no alcance e definição dos desígnios nacionais. Concorrendo, simultaneamente, com outros espaços de organização internacional, dentre os quais a União Europeia (UE) é a realidade mais dominante, uma excessiva dependência estratégica nacional perante a Comunidade Transatlântica poderá, ela própria, promover o surgimento de desafios que se poderão revelar prejudiciais para Portugal.
5. Portugal tem hoje um património de experiências acumuladas de aprontamento de forças e de intervenções no exterior - um capital de competências - que dão um importante valor acrescentado à sua participação na Comunidade de Países de Língua Portuguesa, em especial no relacionamento com os países africanos. Estas circunstâncias e o tipo de ligações estreitas que Portugal tem mantido permitem uma postura mais afirmativa para actuar como facilitador do relacionamento da NATO, UE e mesmo dos EUA com África, obviamente uma prioridade para qualquer deles. Outros espaços de valorização da “experiência africana” de Portugal, através da concretização de outros tipos de cooperação, são áreas importantes de afirmação e visibilidade que não devem ser ignoradas, destacando-se a solidariedade euro-africana, indispensável para a Europa.

4. O Mar e o posicionamento geopolítico de Portugal

1. O posicionamento de Portugal no mundo e o seu património universal de experiências abre novas perspectivas para uma mais eficaz articulação entre os pólos da Lusofonia e a Europa, a África, a América e a Insulíndia no seio de uma globalização que continua a refazer as fronteiras da segurança.
2. O posicionamento geográfico de Portugal facilita um estreitamento das relações com os países da margem sul do Mediterrâneo Ocidental fortalecendo a solidariedade euro-africana, do qual a UE e a NATO também podem beneficiar. Na certeza de que a segurança desses países é também a nossa segurança, há todo o interesse em continuar a estreitar os laços de cooperação através de políticas de vizinhança que, para além da economia, incluam a segurança e outras dimensões de interesse comum (energia, alterações climáticas, migrações, terrorismo, etc.).
3. Portugal e Espanha fazem hoje parte de um sistema político internacional dominado pela globalização da informação, da economia, da cultura e das ameaças e riscos que colocam em causa a segurança e defesa dos Estados, das Regiões e do próprio Mundo em mudança. Comungando espaços, organizações, valores e princípios, os dois países do “equilíbrio peninsular” assumem ameaças e riscos muito semelhantes, assim como especificidades decorrentes da história, da geopolítica e da realidade social. Deste modo, Portugal e Espanha, que têm uma fronteira terrestre e marítima que constitui simultaneamente a fronteira da própria União Europeia e em certa medida da NATO, são hoje verdadeiros produtores de segurança internacional, enfrentando, em conjunto, algumas das ameaças de cariz regional e global, como o terrorismo e o crime organizado, sem deixarem de defender os seus interesses.
4. A circunstância de Portugal e Espanha comungarem de um espaço comum, de participarem nas mesmas organizações internacionais, de terem os mesmos valores e princípios e enfrentarem riscos comuns recomenda a procura de entendimentos práticos para actuação concertada nas áreas da segurança e defesa, alargando as iniciativas que recentemente foram tomadas.
5. A área marítima sob soberania ou jurisdição portuguesa é de enorme vastidão, uma das maiores da Europa, e pode ainda vir a ser mais alargada, de acordo com a decisão que foi tomada pelas Nações Unidas relativa à plataforma continental. Tais espaços estão sujeitos, para além das cobiças internacionais, às ameaças tradicionais e também às que, nos tempos modernos, se configuraram ou reconfiguraram. Por outro lado, é necessário conhecer detalhadamente o espaço marítimo, a coluna de água, o fundo do mar e o seu subsolo, tendo em vista a sua protecção, utilização e exploração.
6. Gerir tais espaços envolve questões de natureza económica (portos e transportes marítimos, construção e reparação naval, pescas e aquacultura, recreio e turismo náutico, extracção de inertes, energias fósseis e renováveis, produtos de biotecnologia, etc.), de cariz ambiental, de índole científica, de relação com a defesa e a segurança e até outras relacionadas com a imagem e a cultura do mar. Tal diversidade de aspectos tem de ser gerida segundo os princípios de uma estratégia integrada, a pôr em prática de forma entrosada, com saber técnico e científico e com vontade de fazer bem.

7. Nessa estratégia, muito exigente em conhecimento, em investigação e em desenvolvimento têm lugar decisivo as tecnologias de ponta que sirvam as diversas questões relativas à gestão pró-activa do volumoso espaço marítimo de Portugal. Os desenvolvimentos que têm sido levados a cabo em Portugal, inseridos nesta perspectiva, são já muito relevantes, nomeadamente em sistemas de comando e controlo e de comunicações automatizadas. São sectores de prestígio para Portugal, com exportações volumosas feitas sobretudo para países tecnicamente muito avançados, e que devem ser estimulados. O saber sobre o mar é também essencial no domínio da diplomacia e da política externa, visando a protecção dos nossos interesses nos *fora* internacionais e fazendo face a tentativas de ocupação de espaços que, de direito, devem pertencer a Portugal - um pequeno país, com um enorme mar que alguns gostariam de ter!

5. Doutrina e orientações estratégicas

1. Portugal precisa de um Conceito Estratégico de Segurança Nacional, que para além de identificar as respostas do país face às ameaças que constituem maior perigo, englobe, também as diferentes dimensões do desenvolvimento e da segurança. Nesse conceito devem ser definidos os objectivos a atingir e os meios de acção, considerando o reforço da massa crítica nacional nas suas diferentes valências. Esse documento deve também atender às novas áreas de definição geopolítica, à importância das regiões, do Ocidente e do Mundo, numa fase em que se antevê a construção de “Super-Estados” e a afirmação da regionalização na Europa e na África. Neste enquadramento, um contributo relevante do Congresso foi o reconhecimento da necessidade de o Primeiro Ministro dispor de um órgão de estudo, consulta e avaliação permanente da situação em termos de segurança nacional.
2. Portugal precisa de reforçar a capacidade existente na área da recolha de informações/estudo das ameaças, condição indispensável para garantir a sua prevenção/predição, qualquer que seja o espaço em que se manifestem devendo considerar todos os contributos (civis, policiais e militares) que possam concorrer para o combate daquelas ameaças.
3. É preciso rever o processo de decisão de eventual emprego das Forças Armadas a nível interno, à luz de uma mais fácil operacionalização do apoio que podem dar às Forças de Segurança em situações de crise ou iminência de crise que, pela sua dimensão e intensidade, tornam essa ajuda indispensável. Complementarmente, é necessário definir o papel que poderão desempenhar e caracterizar mais detalhadamente as condições em que o seu emprego se pode verificar. Há uma potencial cooperação interministerial neste campo que precisa de ter o devido enquadramento legislativo. Finalmente, Portugal precisa de considerar a adequação do Sistema de Forças Nacional à integração conjunta de capacidades militares, policiais e de natureza civil, no âmbito de intervenções de estabilização.
4. Da evolução registada em Portugal, em termos de resposta civil-militar, destaca-se a revisão (em 2008-2009) do edifício político-legislativo nas dimensões de segurança interna e de defesa nacional, embora a sua articulação, no plano conceptual e estratégico requeira uma visão mais integrada. Justificar-se-á que o Conceito Estratégico de Defesa Nacional de 2003 seja revisto nesta perspectiva. Tendo a UE adoptado uma Estratégia Contra-Terrorismo e a

NATO formulado uma orientação político-estratégica com incidência na componente do combate ao terrorismo (*estando a elaborar um novo Conceito Estratégico, a adoptar na Cimeira da NATO, a realizar em Lisboa em 2010*), estarão congregados, nomeadamente na envolvente externa, factores de conceptualização estratégica para que Portugal possa definir a sua estratégia de contra terrorismo.

5. A sensibilização da sociedade civil para as questões de segurança e de defesa deve ser uma prioridade estratégica do Estado. Mas outras devem ser ponderadas quando se examinam os cenários prospectivos do interesse nacional. Um exemplo: os processos e os procedimentos de decisão e de eventual emprego das diferentes forças a nível interno devem ser repensados no sentido de garantir as capacidades de prevenção e de operacionalização, nomeadamente em situações de iminência ou mesmo de crise. A lição das experiências externas das Forças Armadas e dos Serviços de Segurança podem aqui servir de referência, dado o património acumulado em várias partes do Globo nas missões de paz ou nas de assistência humanitária. Em causa estão ganhos de efectividade e consistência, a afirmação de Portugal no Mundo e a exportação de boas práticas através de programas e parcerias nacionais e internacionais.
6. O actual contexto de segurança faz com que as fronteiras geográficas e de pertença a organizações internacionais sejam cada vez mais fluidas. Por conseguinte, os vários espaços e organizações interpenetram-se no combate aos problemas de segurança nacional e internacional. No caso de Portugal, enquanto *estado fronteira*, abre-se uma janela de oportunidade para se assumir como um País-chave na articulação das várias pertenças e na potencialização da sua vocação marítima e global. Para tal, é fundamental a elaboração de uma Estratégia de Segurança Nacional que tenha uma projecção global, ou seja, uma modalidade de acção que se prove adequada, aceitável e exequível na prossecução do aproveitamento coerente do espaço geopolítico em que o nosso País se insere.
7. Neste quadro geopolítico tem-se assistido à globalização das políticas, das economias e dos aspectos relacionados com a segurança e defesa, pois sem segurança global não existe desenvolvimento mundial e sem desenvolvimento sustentado à escala universal não há segurança no Mundo. Segundo este paradigma de modernidade, as Forças Armadas passaram a assumir outro protagonismo na dinâmica actual das Relações Internacionais, não por via de uma maior capacidade dos seus meios específicos letais e das avançadas tecnologias militares, mas porque passaram a ser vistas como elementos activos da Política Externa do Estado, a par da Diplomacia. Neste novo quadro geoestratégico, ao serviço de Estados e de Organizações, as Forças Armadas, assim como as Forças de Segurança, começaram a ser empregues como instrumento produtor de segurança cooperativa civil-militar e de desenvolvimento sustentado, passando a ser multidimensionais na forma de fazer a paz e multidisciplinares na forma de ajudar a construir o desenvolvimento pela segurança.

Lisboa, 8 de Julho de 2010